

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MULHERES NEGRAS NORDESTINAS: ATRAVESSAMENTOS, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO FORMAL

HISTORIES AND MEMORIES OF BLACK WOMEN FROM NORTHEASTERN
BRAZIL: EXPERIENCES, RESISTANCE, AND FORMAL EDUCATION

Maria Ismênia Leite de Sousa²⁴
Henrique Cunha Júnior²⁵

Resumo

O presente artigo versa em problematizar no ensino da educação básica, as vivências de enfrentamentos das mulheres negras do interior nordestino para acesso e permanência na formação acadêmica como fator de resistência. Nesse sentido, sendo utilizado narrativas de mulheres negras educadoras e suas experiências no contexto da formação stricto sensu. A história e cultura das cidades do interior nordestino, são constituídas por marcadores da diferença envolvendo gênero, raça, classe e território. Nesse contexto, o recorte geográfico de investigação, trata-se da cidade de Assaré-CE, uma cidade pertencente à região do Cariri cearense. Portanto, esta pesquisa objetiva, estudar as narrativas(auto) biográficas de mulheres negras e seus enfrentamentos para acesso, permanência e conclusão à formação da pós-graduação na região do Cariri cearense. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com uso metodológico do estudo biográfico, associado a pesquisa (auto)biográfica e do método da entrevista narrativa para coleta de dados. As entrevistas foram realizadas com duas mulheres negras educadoras. As mulheres interlocutoras neste estudo, são marcadas pelos atravessamentos de gênero, raça e território. Diante dos resultados obtidos, foi percebido a importância da ampliação de políticas educacionais para acesso de grupos subalternizados historicamente envolvendo os marcadores das desigualdades no contexto de gênero, raça e território.

²⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Mestra em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora da Rede Pública Municipal de Assaré (CE). E-mail: ismenialeite.2020@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9780-0313>.

²⁵ Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine, Nancy (França). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy (França). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. E-mail: hcunha@ufc.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9664-5545>.

Palavras-chave: Mulheres negras; Marcadores da diferença; Formação acadêmica.

Abstract

This article addresses the challenges faced by Black women in the interior of Northeast Brazil in basic education regarding access to and retention in academic training as a form of resistance. This is achieved through the use of narratives from Black women educators and their experiences in the context of graduate studies. The history and culture of cities in the interior of Northeast Brazil are constituted by markers of difference involving gender, race, class, and territory. In this context, the geographical focus of the investigation is the city of Assaré-CE, located in the Cariri region of Ceará. Therefore, this research aims to study the (auto)biographical narratives of Black women and their challenges in accessing, remaining in, and completing postgraduate studies in the Cariri region of Ceará. The research presents a qualitative approach, using the methodological approach of biographical study, associated with (auto)biographical research and the narrative interview method for data collection. The interviews were conducted with two Black women educators. The women interviewed in this study are marked by the intersections of gender, race, and territory. Based on the results obtained, the importance of expanding educational policies to provide access for historically marginalized groups, encompassing the markers of inequality in the context of gender, race, and territory, was perceived.

Keywords: Black women; Markers of difference; Academic background.

1. Introdução

A sociedade brasileira possui disparidades regionais, sociais, econômicas e de populações quanto à origem no escravismo criminoso²⁶ Cunha Jr. (2021). O Nordeste brasileiro no século XX, devido às políticas da república em privilegiar os investimentos nas regiões Sul e Sudeste do país, tornou a região mais pobre economicamente e com menor infraestrutura das cidades e também universitárias contribuindo para as desigualdades nesta região. Dado o passado escravista e a existência de machismo, sexismo e racismo antinegro, as mulheres negras tornaram-se um grupo social menos favorecido.

²⁶ O conceito de escravismo criminoso definido por Cunha Jr. (2021): “Utilizamos a concepção de escravismo criminoso como forma de combatermos as simplificações da explicação do processo escravista na sociedade brasileira e a naturalização pela história oficial desse fenômeno histórico”.

Assim, considerando a escravidão na região como uma problemática histórica cujos efeitos ainda se perpetuam nas condições sociais enfrentadas por essas mulheres, observa-se que o acesso à formação acadêmica *stricto sensu* é atravessado por inúmeras barreiras, entre elas a necessidade de conciliar os estudos com exaustivas jornadas de trabalho. Como afirma Davis (2016, p. 24), "[...] o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras". Desse modo, boa parte das cidades pertencentes à região do Cariri cearense possui registros de ocupação por europeus ou seus descendentes, que utilizaram os conhecimentos de homens e mulheres africanos(as) e afrodescendentes na realização do trabalho de mão de obra escravizada entre os séculos XVIII e XIX.

Portanto, o acesso dessas mulheres à formação na pós-graduação representa a ruptura com um sistema historicamente excludente, que marginalizou grupos subalternizados na formação social da região do Cariri cearense. Nesse contexto, a relevância desta pesquisa está pautada na (re)significação do pertencimento afrodescendente ao lugar, por meio do estudo do papel exercido pelas mulheres negras na cultura e na história social da cidade.

O recorte geográfico desta pesquisa é o município de Assaré, no estado do Ceará. Localizado na região do Cariri cearense, o município apresenta, em sua cultura e em sua história, marcadores da presença africana e afrodescendente que não foram contemplados pela história oficial. Assaré está situado a aproximadamente 90km da cidade de Crato, onde se localiza a universidade mais próxima acessível à população assareense. Entretanto, no que se refere aos cursos de pós-graduação, em decorrência da organização socioespacial desse território, as mulheres negras, mesmo residindo nas cidades onde se encontram as universidades ou em municípios vizinhos, ainda representam um contingente reduzido nesses espaços, tanto no acesso quanto na produção de pesquisas e conhecimentos locais.

Mesmo diante da expansão do ensino superior para as regiões do interior nordestino nas últimas décadas, representando uma transformação significativa para essa população, a discussão sobre as mulheres negras e sua contribuição para a história das cidades ainda necessita ser ampliada na produção do conhecimento e no ensino local. Diante dessa realidade, conforme explica Kilomba (2019, p. 82): "Se as mulheres

negras, bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecidas como sujeitos, então também devemos ter esse direito reconhecido dentro dos processos de pesquisa e dos discursos acadêmicos."

No entanto, os modelos vigentes nas universidades ainda são marcadamente eurocêntricos e contribuem para a desqualificação dos saberes produzidos pelas populações negras, sobretudo pelas mulheres negras, dificultando o reconhecimento de seu protagonismo na história de luta e resistência frente às heranças da colonialidade. Logo, esta pesquisa tem como objetivo estudar as narrativas (auto)biográficas de mulheres negras e os enfrentamentos vivenciados por elas para o acesso, a permanência e a conclusão da pós-graduação na região do Cariri cearense.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se um estudo bibliográfico voltado à compreensão das contribuições das mulheres negras para a história do Brasil. Além disso, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando como percurso metodológico a pesquisa (auto)biográfica, ancorada nos estudos de Josso (1991, 2000, 2004, 2007). A pesquisa consiste em uma proposta de produção de conhecimentos para o ensino da educação básica a partir de histórias de vida.

O presente estudo buscou reunir registros de experiências de vida como caminho para a produção de conhecimentos nas práticas pedagógicas da educação formal, conforme Josso (2008). Para o levantamento dos dados, utilizou-se o método da entrevista narrativa, tendo como fonte as narrativas (auto)biográficas de duas professoras autodeclaradas negras, cujos relatos evidenciam os atravessamentos territoriais vivenciados no acesso e na permanência na pós-graduação.

Além dos relatos das professoras entrevistadas, este estudo incorpora experiências de resistência da própria autora em seu percurso de acesso à educação formal. A escolha das participantes deu-se pelo fato de serem mulheres negras, professoras, residentes no município de Assaré-CE e possuírem formação em nível de pós-graduação. Para preservar suas identidades, as participantes serão identificadas apenas pelas iniciais de seus nomes: M.L.R.R., professora da educação básica e mestra em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA); e M.A.L.C.P., assistente

social, mestra em Ciência da Informação e Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e docente do Centro Universitário Paraíso (UniFAP). Ambas residem na sede do município de Assaré (CE).

O nosso interesse consta em visibilizar e ressignificar através da educação formal, a história de vida e resistência das mulheres negras para história das cidades do interior nordestino. Suas lutas e enfrentamentos para acesso aos espaços de educação formal como ato político diante de um sistema na produção das cidades que ignorou as contribuições das mulheres negras na edificação do lugar.

2. Geografia e história do município de Assaré (CE)

A história de grande parte das cidades do interior nordestino origina-se da doação de terras a europeus ou seus descendentes e das migrações forçadas de africanos e seus descendentes para a realização do trabalho de mão de obra na edificação dessas cidades. Assim, os conhecimentos transportados da África por mulheres africanas e afrodescendentes foram essenciais na edificação das cidades do interior cearense.

No final do século XVII, o interior do atual estado do Ceará era pouco povoado e quase desconhecido pelos invasores portugueses. No entanto, eram terras indígenas que foram tomadas e ocupadas. O território onde, na atualidade, localiza-se o município de Assaré, no interior do Ceará, originou-se da doação de terras pela Coroa Portuguesa, por meio do sistema denominado sesmaria. Assim, o território que hoje compõe o município de Assaré (CE) originou-se da sesmaria denominada Geremoabo.

O município de Assaré (CE) apresenta marcadores espaciais da cultura africana e afro-brasileira que compõem sua cultura e sua história, conhecimentos ainda não revelados pela história oficial do lugar. Trata-se de um município com registros de ocupação por descendentes de europeus por volta do ano de 1775. No processo de ocupação do território, então denominado sesmaria de Geremoabo, o fazendeiro trouxe

um padre para a realização de atividades religiosas fundamentadas no catolicismo, bem como africanos e descendentes de africanos para a realização do trabalho de mão de obra escravizada na edificação do vilarejo que passou a ser denominado Assaré, na segunda metade do século XVIII.

Até o ano de 1775, o local onde assenta a cidade de Assaré não era povoado em suas adjacências, num raio de três léguas, consistindo apenas em um campo nu de vegetação, à exceção de algumas carnaubeiras e moitas de "pereiros", uma ou outra oiticica às margens de pequenos regatos que sulcam o terreno e correm no inverno; e mais uma infinidade de pequenos olhos-d'água, nas encostas da serra e nas gargantas e cachoeiras e a soberba pastagem nas várzeas, tornavam-no apropriado para a criação em geral. (ASSARÉ (CE). Prefeitura).

Desse modo, na atualidade a sede do município de Assaré está localizada na região do Cariri cearense, a uma distância da Capital, Fortaleza de aproximadamente 520km. Assaré (CE) situa-se nas coordenadas geográficas: 6° 52' 28" de latitude Sul e 39° 52' 30" de Longitude Oeste, estando localizada a 470 m de altitude (IPECE, 2017).

A decisão da localização da sede do município deu-se por decisão do proprietário das terras, um descendente de português denominado Alexandre da Silva Pereira. Nas narrativas da origem do vilarejo, há a existência de nomes de outros fazendeiros que almejavam desenvolver a urbanização local a partir de suas fazendas, entre eles: Joaquim Fernandes de Oliveira e Gonçalo Batista Vieira (o Barão de Aquiraz). Diante de questões envolvendo esses fazendeiros, o vilarejo só foi elevado à cidade no ano de 1865.

Na atualidade, o município de Assaré possui uma área de 1.127,2km², localizado na região Sul do Cariri cearense, pertencente à microrregião da Chapada do Araripe. Suas fronteiras compreendem os municípios de Antonina do Norte e Tarrafas, ao Norte; Santana do Cariri, Potengi, ao Sul; Altaneira e Farias Brito, a Leste; e Campos Sales, a

Oeste (IPLANRE/1997). De acordo com o último Censo Demográfico (2022), a população de Assaré é de 21.697 habitantes. Desse total, aproximadamente 65% dessa população são de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas). Isso legitima, através dos espaços de memórias do município, uma cultura com herança de afrodescendentes produzida no passado do lugar.

Portanto, esta pesquisa propõe através do ensino de Geografia conhecer e valorizar o protagonismo de populações negras, com foco nas vivências das mulheres negras na execução do trabalho agrícola e na produção de economia em diversas atividades oriundas no ofício de escravizadas de ganho como proposta para o desenvolvimento do ensino da geografia do lugar. Conforme Cavalcante (2012, p. 45) “[...] ensinar geografia é abrir espaço na sala de aula para o trabalho com os diferentes saberes dos agentes do processo de ensino, alunos e professores”. Os esforços empreendidos neste trabalho consistem, portanto, em tecer uma reflexão sobre as práticas pedagógicas no ensino de Geografia, com estudos da história de resistência das mulheres negras na formação do vilarejo e posteriormente do município com os atravessamentos vivenciados por esse grupo social para formação acadêmica.

3. As desigualdades regionais dos sistemas universitários

Mesmo após o século XXI com a expansão de políticas afirmativas como as cotas raciais, os cursos de pós-graduação na Universidade Regional do Cariri (URCA) são recentes, ainda contemplam uma pequena porção da população que residem nas cidades vizinhas, visto que as Universidades públicas se concentram nas cidades com maior número de habitantes. O número de pessoas que residem nas cidades mais afastadas na maioria das vezes passa a ser um desafio, visto a necessidade de deslocamento, entre outros desafios socioeconômicos que são apresentados e devem ser considerados.

Para tanto, na região do Cariri cearense, há a presença de duas universidades públicas que oferecem pós-graduação. Os cursos estão concentrados nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte, por serem os maiores centros de desenvolvimento populacional e econômico da região do Cariri. Portanto, os sistemas de pós-graduação são recentes e em sua maioria programas profissionalizantes, não possuem sistemas de bolsas de mestrado e nem trabalhos acadêmicos em tempo integral. Os cursos são feitos em tempos parciais, o que dificulta a permanência de mulheres com uma jornada de trabalho a ser cumprida para a sobrevivência em outra cidade.

Diante do contexto histórico com ocupação das cidades pertencentes a região do Cariri cearense, associando a pauta das mulheres negras e o enfrentamento às desigualdades como reflexo de um desenvolvimento com base em ideologias patriarcais ocasionando uma cultura machista, racista e misógina como herança da colonialidade na região. O foco deste estudo concentra-se no estudo de gênero com atravessamento de raça, classe e território para acesso às políticas públicas de combate às desigualdades. Um estudo centrado em propor um ensino da educação básica para o conhecimento e valorização da participação das mulheres negras como produtoras de cultura na história da cidade.

Desse modo, utilizando o método de entrevistas narrativas (auto)biográficas utilizado nesta pesquisa para coleta de dados com as entrevistadas que narram suas vivências de enfrentamentos para deslocamento nas cidades do interior nordestino para acessar a formação acadêmica. São mulheres com histórias de vidas pertencentes a um grupo social que historicamente foi destinado a imposição de subordinação. Assim, esta pesquisa propõe problematizar na educação básica as histórias de vida de mulheres negras educadoras como caminho para valorização de suas experiências e fortalecimento identitário dos estudantes no enfrentamento às desigualdades na região. Conforme explica (Josso, 2007, p. 415).

Trabalhar as questões da identidade, expressões de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das histórias de vida escritas, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida.

Desse modo, este estudo possibilita visibilizar a existências de mulheres negras com experiências de atravessamentos na região do Cariri cearense, como possibilidade de produção de conhecimento a ser utilizados nas práticas de ensino.

A história oficial do município foi projetada com fundamentos em ideologias europeias, decorrente da dominação por descendentes de europeus, não possibilitando o reconhecimento da participação de africanos e descendentes na cultura do lugar. Mesmo com mais da metade da população sendo autodeclarada negra (pretos e pardos) há desconhecimento sobre a origem afrodescendente do lugar. Portanto, produzindo desigualdade a grupos subalternizados historicamente.

A invisibilidade das pautas sobre as mulheres negras nas regiões de interior cearense, vem propiciando situações de desqualificação e potencialidades da existência dessas mulheres, que por longos períodos estiveram imersas nas violências decorrentes da ausência de políticas públicas para uma vida com dignidade. Desta forma, sendo os espaços das universidades visto por essas mulheres com distanciamento, diante da convivência com suas sobrecargas. Assim, para acessar a formação da pós-graduação na região, essas mulheres precisaram lutar para conquistar uma vaga, com seleção que utilizam de processos bastante burocráticos, enfrentando uma concorrência em sua maioria com grupos com histórico de privilégios.

Na atualidade, os marcadores da diferença na intersecção de gênero, raça, classe e território, apresentam-se fortemente se tratando da participação de mulheres negras nos cursos de pós-graduação das universidades da região do Cariri cearense. São problemáticas enfrentadas desde a condição de deslocamento para o acesso e permanência à Universidade com os desafios em conciliar a produção acadêmica e vida profissional até a conclusão do curso. Visto serem essas mulheres em sua maioria de famílias negras centradas em áreas segregadas da cidade, com condição social subalternizada. Em decorrência de se tratar de um município que até meados do século XX, a maior parte da população centrava-se em áreas rurais. Assim, até os anos finais do século XX, grande parte dessas famílias eram compostas por mulheres sem acesso

ao ensino superior diante dos desafios apresentados no cotidiano regional e econômico local.

No entanto, existem diversos problemas associados aos aspectos naturais da região, como a problemática da seca que perpassa sua condição climática e assume efeitos que não são socialmente homogêneos, contribuindo para opressão desse grupo no acesso à educação formal, relacionado à realização dos trabalhos domésticos e da agricultura nos espaços rurais. Diante dessas problemáticas que dificultam o acesso desses grupos à formação acadêmica da pós-graduação, grande parte dessas famílias migraram para outras regiões de centros mais desenvolvidos economicamente em busca de oportunidades para formação acadêmica. Desse modo, acerca da importância do acesso desses grupos à educação formal, Gomes (2003, p. 172) explica: “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”. Assim, a relevância em desenvolver políticas educacionais para ampliação do acesso à formação acadêmica de grupos subalternizados historicamente, como estratégia de valorização e reconhecimento da cultura e da história das mulheres negras e suas contribuições no desenvolvimento do município.

4. Uso metodológico da pesquisa (auto) biográfica

Diante de políticas para criação de leis no enfrentamento às desigualdades, no espaço da educação formal, torna-se cada vez mais necessário a inclusão do protagonismo das mulheres negras como produtoras de conhecimentos. Logo, este estudo trata em identificar e valorizar através das narrativas das entrevistadas e com relatos da história de vida da autora como possibilidade de compreensão dos enfrentamentos para acesso à formação da pós-graduação, como resistência. O presente estudo versa sobre a história de mulheres residindo em uma região em que há uma gritante desigualdade educacional em decorrência das características fenotípicas dessa

população no acesso aos cursos de pós-graduação, como resultado de ideologias europeia com que foram desenvolvidas as cidades pertencentes a região do Cariri cearense.

Desse modo, a metodologia utilizada neste estudo, versa da pesquisa (auto)biográfica como meio de valorizar a história das mulheres negras na região do Cariri cearense como produtoras de conhecimentos a serem estudados no espaço da educação formal. Diante de uma realidade em que a condição de ser mulher negra direcionava esse grupo de mulheres a prática exaustiva de trabalho mal pago ou não remunerado em atividades domésticas, na agricultura e nos cuidados da *casa grande*. Conforme define Nascimento (2021, p. 59): “A mulher negra tem possibilidade menores do que qualquer um dos outros grupos”. Nesse contexto, será apresentada nesta pesquisa a experiência de história de vida da autora, uma mulher negra de origem rural, vinda de uma cultura em que as mulheres realizavam jornadas de trabalho exaustivo como na agrícola, de lavadeira, entre outros, como fonte de renda familiar ou atuando como chefes de família.

Assim, um histórico familiar com descendência de mulheres negras e sem oportunidades de acesso à educação formal. Uma realidade, conforme explica Nascimento (2021, p. 58) “Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ser mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados”. Assim, a autora define o seu acesso ao espaço da pós-graduação como uma ruptura de um grupo familiar com histórico de mulheres ocupando espaços subalternizados. Desse modo, sendo a primeira pessoa da sua família a acessar o ensino da pós-graduação com ingresso ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). A Universidade citada fica localizada a uma distância de aproximadamente 90 km entre as cidades de Assaré (CE) e Crato (CE). Em decorrência de um transporte coletivo para deslocamento entre as cidades, todo percurso foi realizado através de transporte alternativo com pagamento de passagens diária em vans (Topic).

Uma vivência acadêmica construída com atravessamento do território, da raça e classe. Assim, as entrevistadas apresentam experiências de vida semelhantes às

enfrentadas pela autora no deslocamento para cursar a pós-graduação. Logo, a investigação aborda com as entrevistadas questionamento de enfrentamento dessas mulheres na realização das formações acadêmicas. São questões que problematizam a presença de mulheres negras nos espaços da pós-graduação e como o espaço da pós-graduação é percebido por cada uma das entrevistadas.

Nesse contexto, as entrevistas aconteceram durante dois encontros, em ambiente combinado com cada uma. Logo, ao serem questionadas sobre representatividade de mulheres negras nos cursos de pós-graduação, respondem com inquietação sobre esse esvaziamento em ambos os cursos, uma ausência inquietante da presença de mulheres negras nos espaços de formação da pós-graduação. Por se tratarem de espaços com predominância de pessoas brancas e se tratando de gênero, as mulheres brancas representam a maioria quando comparado a presença de mulheres negras nos mesmos espaços.

São, portanto, diante de uma herança oligárquica que predomina na região, territórios resultantes de um sistema dominante misógino, machista e racista que estruturou o surgimento de boa parte das cidades do Cariri cearense. Desse modo, a condição de ser mulher foi inferiorizada na origem dessas sociedades e, em se tratando da pauta da condição de mulher negra os desafios e opressões intensificam-se nas diversas áreas, sendo naturalizado demandas exaustivas de trabalho desde a infância, o lugar de cuidadora dos afazeres domésticos ou de procriar. Assim, é um grupo mais exposto as diversas violências, indo desde o estupro à ausência de identificação ao sistema da educação formal, apontando a necessidade de expandir as políticas públicas que contemplem essas pessoas.

Portanto, ainda predominam nas bases epistemológicas da educação formal, encaminhamentos para um ensino fundamentado em um currículo europeizado, com estudo de teóricos europeus, dificultando contemplar no campo epistemológico outras matrizes, como os conhecimentos e saberes transportados por homens e mulheres africanos e afrodescendentes na historiografia das cidades brasileiras. Assim, o currículo se apresenta como ferramenta norteadora no desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de evidenciar a pluralidade epistemológica na formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, conforme explica Arroyo (2013, p. 123): “O currículo, portanto, é território de disputa dos sujeitos da ação educativa”. Logo, esta pesquisa evidencia a necessidade em problematizar as consequências de um ensino fundamentado em bases epistemológicas que historicamente privilegiou teorias eurocêntricas, contribuindo para a invisibilidade do protagonismo das populações negras e das mulheres negras nas formas epistemológicas de interpretar a sociedade brasileira. São situações e enfrentamentos que historicamente distanciam essas mulheres dos espaços da educação formal. Conforme relata uma das entrevistadas ao ser questionada sobre as políticas de inclusão para mulheres negras à formação acadêmica nesta região, M.L.R.P relata: “Esse acesso ainda é muito tímido, são muitas as dificuldades, desde: financeira para deslocamento no acesso à academia, de orientação na produção científica, entre outras”.

Assim, os diversos desafios apresentados, muitas mulheres até chegam a acessar esses espaços, mas diante das dificuldades apresentadas terminam desistindo por necessidade de trabalhar para sobreviver. Há também o adoecimento, diante das demandas de trabalho, cuidado com os filhos(as) por se tratar de boa parte dessas mulheres quando acessam a pós-graduação, são mães e do deslocamento diário para conciliar com as demandas para produção acadêmica, termina surgindo o esgotamento diante dos desafios vivenciados. Nesse contexto, uma das entrevistadas, M.A.L.C.P. reflete: “Parece ser uma sequência de atravessamentos, indo da inserção aos cursos, para desempenho na produção acadêmica, ainda predominando um currículo europeizado, com uma pequena participação de professoras negras, e que tratem das questões étnico-raciais”. Portanto, diante de um histórico de silenciamento em reconhecer as heranças produzidas por mulheres negras na história das cidades do interior cearense, é recorrente o percentual desse grupo em situação social subalterna.

Assim, há também o desafio de encontrar professores interessados e capacitados para orientação na produção científica, tratando das pautas apresentadas por essas estudantes, na maioria das vezes apresentando problemáticas que buscam a compreensão e explicação para suas vivências nos seus lugares de origem. As que nem sempre conseguem respostas para suas indagações, terminam direcionando suas pesquisas por outros caminhos sem aprofundar na pauta do protagonismo das populações negras. Nesse contexto, a ampliação para acesso de mais mulheres negras

dessas localidades, como desconstrução de um sistema alienante em que foram submetidas historicamente essas mulheres.

A história das mulheres negras na sociedade brasileira, apresenta reflexos de uma herança escravocrata, conforme explicado por Nascimento (2021, p. 58): “As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais”. Logo, no sistema educacional acadêmico da pós-graduação, essas discriminações se apresentam de forma velada com rejeição em se tratar dos interesses apresentados por essas mulheres na produção dos conhecimentos para suas pesquisas, reproduzindo assim a perpetuação de um silenciamento sobre as opressões enfrentadas por esse grupo.

Desta forma, aponta-se a necessidade em repensar o currículo a partir das universidades, como espaço de formação, através dos cursos de licenciaturas e da pós-graduação, formando docentes que irão reproduzir esses conhecimentos em suas práticas pedagógicas no enfrentamento às desigualdades, ocasionadas em decorrência do racismo em que estruturou-se as cidades brasileiras. Como explica Cunha Jr. (2023, p. 75): “Um dos fatores importantes nesse processo de desconstrução do racismo estrutural é perceber a necessidade de repensarmos o escravismo como criminoso e injustificável”. Uma construção processual a partir da formação dos sujeitos, reconhecendo a existência do escravismo nesta região como fator de contribuição das mazelas enfrentadas por populações negras locais.

Romper com esses ciclos de violências que inviabilizam a capacidade intelectual de mulheres negras na região do Cariri cearense, requer incentivo e ampliação de políticas públicas que considerem a realidade vivida socialmente por essas mulheres, oportunizando condições de sobrevivência para mais acesso aos espaços das universidades como forma de possibilitar sua emancipação como produtoras de conhecimentos.

4.1 *É preciso estudar para ser gente* narrativas (auto)biográficas como apropriação identitária

As informações aqui apresentadas, são relatos de vivências com enfrentamentos da autora para seu acesso à educação formal desde a infância. A autora, uma mulher que se autodeclara, mulher negra, apresenta uma história de vida de enfrentamentos, em que considera seu acesso à educação formal como ato de resistência. Ela mesma teve sua infância e adolescência em uma área rural da cidade, com experiência desde muito cedo na realização de trabalhos domésticos e em práticas agrícolas. Diante de uma família de pais separados, composta por sete filhos, tendo a mãe como chefe da família, sendo a autora a irmã mais velha entre os sete filhos do casal.

Assim, desde muito cedo lhe foi determinado demandas exaustivas de trabalho na roça e na contribuição com os cuidados dos irmãos mais novos, conciliado o estudo com deslocamento, andando a pé da área rural até a cidade. Uma realidade, conforme define Carneiro (2019, p. 325): “As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem(...)”. Portanto, decorrente dessa realidade, a autora só acessou o espaço da educação formal com idade de oito anos, ingressando no primeiro ano do ensino fundamental, não tendo oportunidade de cursar a educação infantil, importante etapa no desenvolvimento cognitivo e intelectual dos sujeitos.

Diante da realidade de escassez, enfrentando exclusões e ausências de acesso a políticas públicas pela autora, ela considera que perseguiu acessar a educação formal. Nesse contexto, a autora rompe com a realidade familiar de subalternidade, sendo a primeira mulher de toda família a acessar o espaço da pós-graduação. Assim, posso afirmar que compreendo meu acesso ao sistema escolar, como uma sobrevivente a este, diante dos diversos enfrentamentos desde a minha infância para acessar a educação básica diante de uma sobrecarga de trabalho que precisei conciliar aos meus estudos. Um período (década de 1980) em que o espaço escolar não assegurava formação aos docentes para intervenções nas práticas discriminatórias do racismo sofridas por

estudantes. Foi no espaço escolar onde sofri violências e exclusões que naquele período não foram identificadas enquanto racistas.

No contexto das violências enfrentadas no ambiente escolar, muitas delas relacionadas ao meu lugar de origem, da área rural de onde venho, em que precisava me deslocar uma distância aproximada de (5km) andando a pé até chegar à escola. Outra problemática enfrentada foi os constantes xingamentos e rótulos relacionados aos meus cabelos, o que me causou baixa estima durante muito tempo. São experiências de uma vida de enfrentamentos, conforme explica Carneiro (2019, p. 326): “As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca”. Desse modo, uma realidade em que somos submetidas a com constância como forma de nos invalidar como mulher, produzindo ausência de representatividade de nós nos espaços de visibilidade social.

Mesmo diante de todos desafios, fui incentivada por minha mãe, uma mulher negra e analfabeta que não me deixou desistir de acessar a educação formal, pois, a mesma sempre considerou o acesso à educação formal como lugar de oportunidade para romper com as opressões históricas a que foi submetida. Minha mãe foi uma mulher que casou-se aos dezesseis anos de idade e logo foi abandonada por seu companheiro, ficando com a responsabilidade para educar e sustentar sete filhos através do trabalho na roça e das faxinas. A mesma associa a desumanização a que foi submetida, a ausência de acesso à educação formal. Desse modo, mesmo com uma experiência de escassez vivida, a mesma procurou direcionar os(as) filhos(as) para os estudos. Em suas narrativas e conselhos, afirmava da sua maneira de ver a vida, repetindo: *É preciso estudar para ser gente!*

Esse termo *ser gente*, estava relacionado a resistência que precisávamos ter para acessar os conhecimentos da educação formal, como forma de romper com um ciclo de opressões e violências a que foram submetidas suas ancestrais. Mesmo sem muita instrução intelectual, era uma forma de tentar nos proteger de um sistema que desumaniza pessoas sem acesso à educação formal, uma forma de romper com a perpetuação da exploração e submissão ao trabalho exaustivo. *É preciso estudar para*

ser gente era a forma da nossa mãe nos incentivar a enfrentar as dificuldades para nossa emancipação social e econômica.

Nesse contexto, me formei em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) com deslocamento diário no período noturno, percorrendo entre as cidades de Assaré (CE) e Crato (CE) uma distância de 90 km. Durante toda etapa do curso da graduação, foi associada a jornada de trabalho durante o dia como auxiliar de professor em uma escola da rede pública no município. Mesmo sendo um trabalho sem vínculo efetivo, foi relevante para custear o pagamento do transporte para deslocamento até a Universidade. No ano de 2009, consegui concluir a graduação em Geografia, no ano de 2012, consegui a efetivação através de concurso público para professora de Geografia da educação básica do ensino fundamental do município de Assaré (CE).

Após esse período, venho dando continuidade aos estudos, sempre associado ao trabalho e as demandas da família. Assim, cursei Especialização em Geografia e Meio Ambiente na Universidade Regional do Cariri (URCA), cursei mestrado em Educação na mesma universidade e na atualidade estou cursando doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC), em que me desloco todas as semanas percorrendo uma distância de 570km aproximado entre as cidades de Assaré (CE) à Fortaleza (CE) para cursar três dias de aula. Desta vez, consegui me afastar do trabalho para realização das aulas presenciais no doutorado. Como docente na educação básica utilizo a minha história de vida como possibilidade de incentivar meninas que vivenciam realidades semelhantes a minha, a acreditarem em seu potencial, a desconstruir antigos conceitos impostos na sociedade que nos impossibilita em seguir nossos sonhos.

Portanto, conforme as histórias de vida aqui apresentadas, a realidade vivenciada por mulheres negras para alcançar a formação acadêmica nas regiões do interior nordestino, ainda é uma pauta silenciada no contexto social e na academia. A naturalidade com que são tratadas as nossas dores, na justificativa de que somos fortes, nos leva a um cansaço exaustivo, com desmotivação em que muitas mulheres desistem de lutar por emancipação. Considerando que grande parte dessas mulheres vêm de realidades com condição social difícil, sofrendo omissões e violências que as distanciam da possibilidade em alcançar o acesso à formação acadêmica. Assim, a importância em

considerar os relatos de vivências e experiências acadêmicas de mulheres negras do lugar, como forma de potencializar outras mulheres da localidade.

Assim, romper com os silêncios da realidade em que estamos inseridas, como possibilidade de ampliação das políticas públicas como forma de desconstruir a cultura da violência que alienam mulheres e contribuem para a dominação do machismo produzindo desigualdades de gênero nesses territórios. Como define Kilomba (2019, pp. 58-59): “Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes”. Uma diferença que se apresenta através das oportunidades que são oferecidas no cotidiano desses sujeitos.

Em conformidade com uma das entrevistadas, M.A.L.C.P. ao ser questionada acerca da ampliação das políticas públicas nas regiões de interior nordestino, a mesma responde: *Eu acredito que o primeiro passo para se ter o acesso às políticas educacionais é dar voz a nós mulheres negras em espaço de tomadas de decisão.* Assim, a necessidade em possibilitar mais mulheres negras ocupando e acessando espaços de decisões sobre nós, considerando a pauta das mulheres negras nessas regiões. Na ampliação de políticas que considerem as especificidades da realidade enfrentada por mulheres negras vivendo em regiões do interior nordestino em comparação com as mulheres negras nordestinas vivendo em regiões dos centros desenvolvidos. Há a necessidade de compreendermos que são pautas diferentes e com um agravante, a timidez das políticas públicas em alcançar as mulheres das regiões de interior.

Na luta dessas mulheres perseguindo uma formação na pós-graduação, os atravessamentos que recaem, dificultando seu acesso, permanência e conclusão nas Universidades públicas das regiões do interior nordestino, estão vinculados às questões de raça, gênero, classe e território. Se tratando de mulheres negras, trabalhadoras com histórias de vidas nas áreas rurais, uma realidade em que boa parte das mulheres do interior foram submetidas até a última década do século XX, por se tratar de um período que maior parte das populações dessas cidades, residiam em áreas rurais.

Entretanto, a luta de mulheres negras na formação acadêmica se intensifica, visto que muitas dessas mulheres são mães e na maioria das vezes residem em outra cidade, tendo que se deslocar até a universidade. Para que seja possível seu deslocamento, essas mulheres necessitam de condição econômica para transporte, alimentação e ainda garantindo participação nos eventos científicos para a formação, conciliando às suas jornadas de trabalho.

Desse modo, conforme definido por Chiziane (2013, p. 203) “Sou mulher comprometida com diversas ocupações. Tenho o emprego, principal fonte de sustento. Tenho a casa e a família. E tenho o sonho da escrita por realizar”. Na maioria das vezes essas mulheres vêm de realidades em situação de vulnerabilidades e omissões, motivadas a romper com essas desigualdades, movidas a construir outra perspectiva a partir de suas histórias de vida. Assim, o sonho em viver com mais dignidade e liberdade através dos conhecimentos adquiridos como forma de romper com o histórico de violências e opressões a que foram submetidas desde seus ancestrais.

Assim, pensar a reestruturação da universidade pública como espaço de possibilidades em despertar a consciência crítica dessas mulheres, através de representatividades com acesso de estudo em fontes de autores africanos e afrodescendentes que compreendem a realidade de ser negro(a), na mesma proporção que nos são apresentados os autores europeus. Logo, rompendo com um currículo europeizado como determinante que ignora as problemáticas decorrentes do conceito de raça, gênero, classe e território como fenômenos sociais estruturantes em que potencializa a branquitude do Brasil.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa oportunizou conhecer através das leituras biográficas, o protagonismo de mulheres negras presentes na cultura e história das cidades pertencentes a região do Cariri cearense. Diante da coleta dos relatos das entrevistadas,

revelou-se que o acesso às políticas públicas para formação aos cursos de pós-graduação, ainda se apresenta como um dos desafios relacionados ao atravessamento do território. Assim, as narrativas aqui apresentadas, refletem o universo de opressões a que são submetidas as mulheres negras dessa região, e a ausência de monitoramento das políticas públicas em que na maioria das vezes não são efetivadas nesses territórios, ficando apenas em documentos.

Desta forma, a pesquisa aponta para a necessidade em integrar a história de vida dessas mulheres na produção científica, tratando e dando visibilidade às pautas e vivências apresentadas e seu protagonismo na cultura e história das cidades do interior nordestino. Logo, valorizar as histórias de vidas das mulheres negras relacionadas à história e cultura africana e afrodescendente na identidade do lugar como forma de contemplar o que determina a Lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade de desenvolver no ensino da educação básica a história e cultura africana e afro-brasileira nas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ASSARÉ (CE). Prefeitura. Disponível em: <<https://assare.ce.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 28 /06/2026.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

CARNEIRO. Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA. Heloisa Buarque de. (org.) *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2019.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher... por uma nova visão do mundo. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Vol. 5, nº 10, abril de 2013.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Africanidade, afrodescendência e educação. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, Ano 23, v .2, nº 42, p. 05-15, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. O escravismo criminoso no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*(241). jul./ago./set 2023-trimestral. ANO XXIII-ISSN 1519, 6186.

GOMES. Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, pp. 167-182, jan./jun. 2003.

GONZALEZ.LÉLIA. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLANDA. Heloisa Buarque de. (org.) *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2019, pp. 353-366.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*, v. 30, n. 3, 2007. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2741>>. Acesso em: 25/03/2026.

JOSSO, Marie-Christine. *Cheniner vers soi*. Lausanne: L'âge de l'homme, 1991.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. *La formation au coeur des récits de vie: expériences et savoirs univertitaires*. Paris: L'Harmattan, 2000.

KILOMBA, Grada,1968. *Memórias da plantação-Episódios de racismo cotidiano*/ Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. 1. ed.-Rio de Janeiro: Cobogó,2019.

MELO, Antonio Crispim de. *História do Assaré*. Crato, Ceará. Gráfica Ábaco. 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. 5º ed. ver. amp. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO. Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*/ Beatriz Nascimento; organização Alex Ratts. -1º ed.-Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Maria Liliane.R. *Educação popular feminista:uma proposta pedagógica emancipativa no Cariri cearense*. 2022. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato, Ceará. 2022.

SOUSA, Maria Ismênia. L de. *As afrodescendências de Assaré: território, memória e construção da identidade negra*. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade regional do Cariri (URCA). Crato, Ceará. 2024.